

O DESENVOLVIMENTO E A REINVENÇÃO DE SUA PROMOÇÃO EM ESCALA LOCAL: CONCEITO, FALSAS POLÍTICAS E DILEMAS DA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL*

Francisco C. Nascimento Jr.**

Resumo

O Desenvolvimento Local se apresenta como uma nova alternativa política para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Relacionado, intrinsecamente com o atual contexto, a mudança no pensamento e nas estratégias de sua promoção se voltam à escala local, palco imediato da realização do processo maior de globalização. Em busca da superação de um antigo modelo de desenvolvimentista o pensamento moderno busca levar à instância local a responsabilidade e a capacidade não só de superar seus problemas internos, mas também de propor programas e prosperar de maneira geral. Entretanto, no confronto entre bases teóricas alguns debates surgem quanto à instância privilegiada e ideal para a eficaz promoção do desenvolvimento. Ainda, questões a cerca das próprias estratégias utilizadas, principalmente pelo poder público colocam em dúvida os melhores instrumentos para o alcance desse objetivo máximo que é o de desenvolver a economia e a sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Políticas Territoriais, Estratégias de Desenvolvimento.

Abstract

The development and the invention of its promotion in local scale: concept, false politics and quandaries of the promotion of the local development

The Local Development if presents as a new alternative politics for the promotion of the economic and social development. Related, intrinsically with the current context, the change in the thought and the strategies of its promotion if comes back to the local scale, dimension immediate of the realization of the globalization process biggest. In search of the overcoming of one old model of development the modern thought search to take to the local instance the responsibility and the capacity to not only surpass its internal problems, but also to consider programs and to prosper in general way. However, in the confrontation between theoretical bases some debates appear how much to ideal the privileged instance and for the efficient promotion of the development. Still, questions about the proper used strategies, mainly for the public power place in doubt the best instruments for the reach of this maximum objective that is to develop the economy and the society.

Key words: Local Development, Territorial Politics, Strategies of Development.

* Artigo apresentado para avaliação final na disciplina Mutações Econômicas e Dinâmicas Territoriais ministrada pelo Prof. Dr. Élon Silva Pires e oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – IGCE/UNESP - Rio Claro.

** Aluno do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração em Organização do Espaço.

INTRODUÇÃO

Discutir desenvolvimento não é novidade na história de nosso país. Durante décadas este foi um tema central no debate político e científico voltado à propor a construção de uma nação forte e soberana, capaz de prover as condições necessárias para a redução das desigualdades regionais e, de modo geral melhorar a qualidade de vida da população brasileira. Podemos dizer que uma clara proposição de um projeto de nação desenvolvida se fez valer em meados do século XX quando planos de re-ordenamento territorial e estratégias de ação elaborados e executados pelo governo federal visaram à dinamização das economias regionais e a edificação de um mercado nacional. Naquele momento da história do país, visava-se à realização de um desenvolvimento em escala nacional em que o território brasileiro viesse de maneira íntegra ser agraciado (Furtado, 2000).

Com o passar do tempo e as mudanças das conjunturas nacional e internacional, o efeito mais marcante que se verificou dentre as estratégias governamentais executadas foram os anos milagrosos de intenso crescimento econômico, contudo, ineficientes para, de fato, se realizar o desenvolvimento nacional (Furtado, 1999). As mazelas sociais que atingiam o Brasil perduraram, conservando ou ampliando - ano após ano - as profundas diferenças entre os poucos ricos e os muito pobres existentes no país; a contradição entre a riqueza pujante das metrópoles demonstradas nos centros financeiros e condomínios de luxo contrastando com a degradação de vida vista nas favelas que apenas fizeram aumentar de número e tamanho; enfim, a riqueza produzida durante décadas coagulou progressivamente em determinados segmentos da sociedade manifestando, esta concentração, na própria diferenciação e prosperidade dos lugares (Oliveira, 2004). Parafraseando um importante ministro diríamos que o bolo até cresceu mas, não foi repartido.

Todavia, hoje, mais um novo desafio se apresenta à busca governamental de traçar caminhos para o alcance do desenvolvimento. A dinâmica sócio-espacial que caracteriza o atual estágio da modernidade - marcado pelo processo de globalização - imprime novas variáveis políticas, sociais e econômicas que interferem no funcionamento e regulação dos territórios nacionais de modo geral, devendo estas ser consideradas para a elaboração de programas e estratégias de ação que visem responder aos anseios sociais de maior participação democrática nas esferas deliberativas, acesso a uma maior renda das famílias e minimização das desigualdades sociais.

Sob o imperativo do processo de globalização econômica no qual rompem-se fronteiras político-territoriais, interligam-se localidades, intervém-se diretamente no cotidiano das pessoas e controlam-se à distância as mais diversas atividades realizadas nos lugares, apresenta-se hoje o lugar como instância de suma relevância nos debates sobre estratégias de desenvolvimento.

O lugar – dimensão sócio-espacial de vida das pessoas e instância na qual os agentes sociais podem tecer relações solidárias para que o acontecer¹ represente a vontade da maioria da população e supra suas necessidades apresenta-se em si como dimensão na qual a atribuição de competências contribuiria mesmo para o exercício real da democracia. O desenvolvimento local, retoma as discussões a cerca da busca de melhores condições de vida para a população só que agora, a partir de uma dimensão sócio-espacial marcada pela forte e estreita interação entre os indivíduos: pessoas, empresas, organizações e, destes com a esfera política de decisão dos múltiplos aspectos da vida local: cultura, economia, mecanismos de regulação e deliberação, podendo assim convergir interesses e construir programas que tragam benefícios aos envolvidos.

¹ O acontecer refere-se ao evento, à ação que somente se materializa no lugar, ao processo que ao se realizar possui nexos com a localidade que lhe originou e que hoje, dada a unicidade técnico-informacional, pode ser resultante do desencadeamento de fenômenos e/ou processos que simultaneamente atingem os mais diversos e distantes lugares do mundo (Santos 2002).

UMA QUESTÃO ATUAL: O LUGAR COMO INSTÂNCIA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas o aperfeiçoamento e a difusão, sobretudo, das tecnologias da informação vem possibilitando a intensificação das relações diretas entre o lugar e o mundo, movimento este conduzido através da edificação de um sistema econômico caracterizado por sua manifestação em escala global (Castells 1999; Diniz, s/d). As demandas criadas pelo mercado mundial orientam, largamente, as atividades realizadas nos lugares de modo a torná-los, com maior ou menor intensidade, participativos e integrados à nova dinâmica econômica de produção e acumulação. Os fluxos financeiros, comerciais e informacionais que atingem diversas e distantes localidades pertencentes às redes de relações edificadas por corporações que possuem na flexibilidade produtiva sua base de atuação é elemento primordial, responsável pelo desencadeamento de processos sociais e econômicos que hoje animam e regulam o funcionamento dos territórios nacionais (Chesnais, 1996). Trata-se de uma importante variável sócio-espacial do período contemporâneo que atribui maior complexidade à gestão dos territórios nacionais, destinando paralelamente ao lugar, posição de destaque na elaboração de estratégias de desenvolvimento. Concretiza-se uma dinâmica denominada de *deslizamento de escala* por BENKO (2001), no qual novas instâncias de regulação que se influenciam constantemente (Local, Nacional, Regional e Global) fazem parte do cotidiano das sociedades e compõem o quadro de vida das localidades pertencentes ao moderno processo econômico.

A ênfase teórica e administrativa no lugar como instância possível para a promoção do desenvolvimento procura se sustentar, principalmente, na medida em que a relação local - global se concretiza não apenas na atuação dos governos e instituições supranacionais, mas principalmente nos fluxos promovidos pelas empresas, agentes globais da economia, que dirigem suas atividades nas localidades mais favoráveis a lucratividade decorrente da: presença de recursos humanos qualificados; existência de mecanismos institucionais auxiliares das atividades; presença de infra-estrutura adequada à realização da produção, entre outros elementos que permitem a eficácia nas ações das empresas e constituem o quadro de recursos viabilizadores de uma produção competitiva. Ainda, este caráter desenvolvimentista do lugar, sua possível capacidade de criar postos de trabalho, produzir riquezas e distribuir renda, aumentar a escolaridade dos cidadãos, atrair receita à esfera governamental, universalizar serviços básicos, entre outros benefícios à população², se efetivariam a partir das potencialidades produtivas locais oriundas de seus recursos específicos, passíveis de valorização por determinados setores da economia, sendo assim, a integração do lugar ao sistema econômico globalizado, obra de recursos locais³ apriorísticos ou criados para atender a segmentos da produção (Diniz, s/d; Benko & Pecqueur, 2001). As especificidades locais atraentes de investimentos seriam mesmo o trunfo dos lugares para se integrarem ao atual modelo de desenvolvimento econômico denominado de flexível e valorizador das particularidades dos lugares passíveis de se constituírem em recursos produtivos (Veltz, 1996, Harvey, 1992).

Dada as esferas supranacionais (blocos regionais e instituições globais) de interferência direta nas atividades praticadas nos lugares no período atual caberia, deste modo, à esfera administrativa local a elaboração de políticas públicas em parceria com as esferas

² Adotamos como principal referência teórica para tratar de desenvolvimento Amartya Sen (2004) autor que realiza uma abordagem ampla deste conceito, se atendo a aspectos não somente econômicos, mas também políticos e sociais trazendo à este debate elementos que podem ser definidos como essencialmente humanistas.

³ O recurso local pode ser entendido como toda e qualquer possibilidade de ação presente num determinado lugar disponível às realizações dos homens: pessoas, organizações, empresas, instituições (Santos, 2002).

administrativas superiores e os demais agentes sociais tendo como finalidade a promoção do desenvolvimento econômico e social não alcançados por uma estrutura estatal de âmbito nacional rígida e, considerada por muitos, pouco apta a regular os fluxos e gerenciar as necessidades advindas de um território (parcialmente) inserido no processo de globalização, compilador de fluxos, variáveis e revelador de grandes desigualdades regionais em decorrência da realização seletiva do processo (Castells & Borja 1997, Mendes, 2005).

A ampliação do poder de decisão da esfera local sobre seu presente e seu futuro, atribuindo-lhe autonomia e maior capacidade de gerência sobre seu território com maior capacidade na arrecadação de receitas e maior independência na elaboração e promoção de estratégias que visem o desenvolvimento, contribuiria para o exercício da democracia ao permitir a participação das organizações que constituem a sociedade local na esfera político-administrativa. Em outros termos, trata-se da busca de uma maior coesão e interação entre os agentes locais e a esfera de decisão, condição primaz para uma participação democrática da população na instância política local. Tal organização dada por meio de instâncias, algumas já instituídas como fóruns regionais, conselhos ou agências locais de desenvolvimento, consórcios intermunicipais, comitê de bacias hidrográficas, entre outros, constituiriam uma verdadeira *governança* local dada por uma administração conjunta, coordenada e institucionalizada dos agentes sociais locais: estado (principalmente prefeituras), iniciativa privada e sociedade civil (Scott, 2003, 1997; Benko, 1996) .

Neste sentido, num mundo em que as relações entre o local e o global se caracterizam por uma realidade que penetra o cotidiano das pessoas, inicia-se a discussão de uma “necessária” reforma do estado brasileiro visto a suposta incapacidade da organização estatal em seu âmbito federal de promover o desenvolvimento nacional e representar a população em toda sua diversidade, demandas e interesses dos segmentos sociais. De modo geral, o pensamento que prossegue na proposição de um Estado reformulado, moderno (ou pós-moderno), vislumbra uma esfera federal com funções reduzidas no que tange aos serviços prestados à sociedade, assim como reduzido o seu poder de regulação dos fluxos, captação e destinação das receitas orçamentárias, tudo isto culminando na diminuição da sua capacidade de intervenção e gerência do território nacional. Em contrapartida, uma maior articulação entre as esferas administrativas deveria se instalar ao passo que à esfera local se dedicaria maior importância no atendimento às demandas sociais. Assim, atingir-se-ia com maior vigor o exercício da democracia ao passo que os diversos grupos constituintes da esfera local: organizações não governamentais, empresas, sindicatos, associações de bairros, instituições de ensino e pesquisa, etc., participariam diretamente da esfera decisória. Ainda, estabelecer-se-ia uma condição administrativa ideal para a elaboração de estratégias que respondessem aos anseios locais e alcançasse o bem comum daquela dimensão sócio-espacial.

Todavia, enquanto a reforma do Estado não se processa vemos algumas estratégias elaboradas por diversos agentes sociais que buscam construir condições territoriais que venham propiciar o desenvolvimento local. Além de importantes institutos de pesquisa que se dedicam a estudar o assunto e compreender os mecanismos sociais, econômicos, culturais, históricos e territoriais que permitem a dinamização econômica de determinados lugares, como por exemplo: a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), verificam-se no Brasil projetos institucionais que buscam promover o desenvolvimento em escala local a partir de determinadas políticas e princípios atribuídos às formas de organização, reprodução e funcionamento do atual modelo de desenvolvimento econômico, caracterizado, em síntese pela: dispersão geográfica da produção, a diferenciação dos lugares, a especialização produtiva dos lugares e intensificação da realização das atividades em bases científicas e tecnológicas (Harvey, 1992).

Dentre as políticas públicas brasileiras ilustram-se as propostas do SEBRAE (Sistema Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa), BNDES (Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, todos visando apoiar e financiar a formação de Arranjos Produtivos Locais (APL)⁴ e potencializar economicamente os lugares através de sua especialização e organização ímpar da atividade produtiva num determinado setor da produção.

Os debates a cerca da criação de condições para o desenvolvimento econômico e social levam à valorização do lugar como instância sobressalente na dinâmica sócio-espacial do período atual, buscando-se assim, através de articulações entre as esferas administrativas e destes com os demais agentes sociais, uma alternativa desenvolvimentista viável à apregoada “crise” do Estado-nação nestes tempos de globalização da economia, re-configuração da divisão territorial do trabalho, precisão no aporte das ações dos agentes hegemônicos, realização do processo produtivo em escala global e alta competitividade entre os lugares no mercado mundial. A busca do desenvolvimento local é, sobretudo, um projeto coletivo que envolve a comunidade local, requer articulações entre a esfera pública e o setor privado e demanda um projeto que vise o bem comum com vantagens sociais à população de modo geral.

UMA ESTRATÉGIA QUE ALEIJA: A PSEUDO-POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

A contemporaneidade que caracteriza o tema desenvolvimento local parece comumente acarretar em equívocos no entendimento do conceito que lhe atribui sentido e, talvez por este motivo, muitas vezes prejudica a elaboração de estratégias eficientes para promovê-lo. A abertura legislativa para que unidades da federação e os municípios brasileiros construam seus próprios instrumentos para a atração de empresas e a conseqüente criação de postos de trabalho, arrecadações de recursos financeiros e estímulos a determinados setores da economia local, vem permitindo que em muitos casos sandices administrativas sejam cometidas por motivos que fogem à política econômica e somente se justificam na politiquice, por muitas vezes praticada por alguns de nossos dirigentes. O exemplo mais claro e rotineiro que vemos é o digladio fiscal entre estados que buscam de qualquer modo atrair para seus territórios empresas que se instalem no país ou, simplesmente migrem de uma região à outra para diminuïrem seus custos e aumentarem suas vantagens em relação as despesas com: a instalação da empresa, realização da produção, tributos locais, entre outros fatores. Os episódios de “guerra entre os lugares” (Santos, 2002) se caracterizam em suma pela redução ou isenção às empresas de suas obrigações de pagamento de impostos aos estados e municípios sendo muitos os casos possíveis de serem mencionados no Brasil.

È válido destacar que, como não se bastasse a isenção de impostos às empresas que queiram se instalar numa determinada localidade, outros benefícios comumente constam no “pacote de vantagens” criadas pelas esferas administrativas, tais como: fornecimento de todas infra-estruturas viárias, elétricas e de saneamento; a doação de terrenos públicos para a instalação da planta da empresa (fábrica) e, em alguns casos até empréstimos de recursos financeiros públicos para a construção do prédio onde aquele empreendimento funcionará. Em outros termos e de maneira indignada, poder-se-ia dizer que se trata de uma verdadeira usurpação dos lugares sucedida hoje no Brasil com o respaldo da legalidade jurídica. Nesta

⁴ Arranjos Produtivos Locais é a denominação atribuída à um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, compartilhando formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, podendo fazer parte empresas de pequeno, médio e grande porte (Termo de referência para a Política de Apoio ao Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais – www.desenvolvimento.gov.br).

situação, a pergunta que se cabe fazer é: a quais custos orçamentários mas, principalmente sociais, (sim, porque se deixa de investir com qualidade em serviços com gravíssimos problemas como educação, saúde, moradia, etc.) promovem-se “políticas públicas” que sugerem contribuir para a realização do desenvolvimento local?

No caso do estado de São Paulo, por exemplo, a isenção do pagamento do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços), por parte de determinadas empresas prejudica diretamente as verbas destinadas às universidades estaduais visto que, cerca de 10% do total arrecadado pelo estado com o imposto constitui a totalidade dos recursos destinados à manutenção daquelas instituições. A queda na arrecadação deste imposto (como acontecido em anos anteriores) coincide com a queda no montante financeiro repassado as universidades prejudicando a realização e o desenvolvimento de suas atividades. O resultado é único (para que sejamos breves) é o risco de sucateamento da universidade pública dada por um mecanismo único de financiamento que se torna instável por políticas públicas questionáveis quanto sua validade e conseqüências.

Apesar de esta estratégia política ser baseada num antigo modelo teórico propositivo do alcance do desenvolvimento regional via a atração de grandes empresas e a conformação de um arranjo produtivo territorial no qual o efeito imediato seria a dinamização daquela economia espacial com a instalação ou criação de empresas de pequeno e médio porte, a forma como se vê conduzida tal política parece recolher mais malefícios do que benefícios para o lugar que se apresenta em muitos casos como palco para a realização da produção sendo muitas vezes descartado assim que aquelas vantagens fiscais são cessadas.

É importante ressaltarmos a incompatibilidade do pensamento que permeia a noção de desenvolvimento local e o exemplo dos mecanismos adotados por muitos dos municípios e estados da federação que, propriamente aleijam o ente público apaziguando momentaneamente problemas sociais e financeiros ambos advindos da inaptidão das atuais estruturas de arrecadação e funcionamento do Estado. A execução de medidas independentes, isoladas de um programa coletivo que contemple as necessidades e envolva os agentes locais, dificilmente surtem efeitos maiores, restringindo-se seus impactos e limitando à poucos os possíveis resultados positivos que por ventura venham ser alcançados. Esse aparenta ser o caso de uma considerável parcela das medidas tomadas pelos poderes públicos cujo slogan de *política de desenvolvimento local* se torna desprovido de qualquer base consistente sobre os mecanismos para se alcançar este objetivo.

No Brasil, hoje, se inicia a discussão a cerca desta temática que, por sua vez promete ganhar intensidade nos próximos anos à medida que claramente trata-se de uma política de estado do atual governo cristalizado em programas presentes em alguns ministérios. Além disso, gradativamente tal discussão vem sendo incluída na agenda política de vários municípios brasileiros.

UMA DISCUSSÃO PERTINENTE: O LOCAL, O NACIONAL E A INSTÂNCIA PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Considerando, a priori, diferenças tanto na instância de elaboração das estratégias quanto na forma da promoção do desenvolvimento local e nacional é valido incitar a discussão sobre a escala de promoção do desenvolvimento, no entanto sem estabelecer uma relação aritmética de exclusão de um ao outro.

As discussões sobre desenvolvimento estiveram durante anos no centro do debate nacional, sobretudo a partir da segunda metade do século XX no governo de Juscelino

Kubitschek (1956-1961). Através da elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), consideramos que pela primeira vez foi tecida estratégias que sob o slogan desenvolvimentista visavam estimular o parque produtivo nacional através de setores-chaves, com destaque entre eles ao automobilístico. Naquela época pensar o desenvolvimento era pensá-lo no âmbito nacional para que todo o país integrasse a marcha que se iniciava.

Contudo, as dificuldades de execução dos programas e o alcance de resultados que não vieram acalhar com as propostas iniciais propiciaram de um lado um relevante crescimento econômico, porém, sem o esperado desenvolvimento, sobretudo, social que se esperava ocorrer.

Com o passar dos tempos foi deixado de lado a retórica da busca pelo desenvolvimento nacional e posto o combate à inflação, a estabilidade financeira e o crescimento econômico como as principais metas de vários governos que se sucederam. Hoje, após algumas décadas, novamente é retomada a discussão a cerca do desenvolvimento, porém, com uma mudança na escala de sua promoção: do nacional passa-se ao local. Uma mudança não só da instância de sua promoção como também dos fundamentos que lhe servem de base como foi visto. De todo modo é válido fazer-se a seguinte pergunta: Qual é a compatibilidade entre as propostas de desenvolvimento local e o desenvolvimento nacional nas elaborações de estratégias de ação governamental?

Sabida a disparidade de “força” e capacidade tecnológica, de organização, mobilização social e existência ou não de recursos outros que permitam ao lugar fazer de fatores endógenos o elemento que propicie seu desenvolvimento, além da própria seletividade que envolve a atividade econômica no território em cada período histórico, em cada conjuntura estabelecida, em cada divisão internacional do trabalho assentada, a atribuição exclusiva as localidades do dever da promoção de estratégias de desenvolvimento beneficiaria, a priori, os lugares mais dotados de condições sócio-espaciais que permitam o aporte do capital e a criação de mecanismos institucionais que possibilitem uma equitativa distribuição de renda, ao passo que as desigualdades regionais perdurariam no território nacional. Aliás, o debate a cerca das desigualdades regionais é questão esta que há tempos se faz presente nas discussões governamentais, cristalizando-se em programas não tão felizes em suas implantações e resultados obtidos. Vejam-se os casos da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), pouco eficazes na realização de suas propostas.

Todavia, o desenvolvimento local deve estar contido dentre os instrumentos para a realização do desenvolvimento nacional. Trata-se de buscar-se compreender e praticar o desenvolvimento local e obter seus benefícios sociais, políticos e econômicas como um aspecto atualmente a ser contemplado num projeto de desenvolvimento nacional, fator este que reforça a necessidade da presença da estrutura estatal de âmbito nacional na coordenação de estratégias, elaboração de programas e realização de ações articuladas aos planos traçados pela esfera local.

Deste modo, ao se pensar o desenvolvimento local aliado e articulado ao desenvolvimento nacional ter-se-ia como intuito reduzir os impactos negativos de uma estratégia pautada apenas na localidade e dotada de uma possível conservação ou até mesmo aprofundamento das desigualdades regionais visto as diferenças de ordem quantitativa e qualitativa, relativas a densidade técnica-científica-informacional, aos mecanismos institucionais existentes, qualificação da força de trabalho entre outros aspectos que distinguem os lugares quanto os recursos que possuem. Assim, aparenta-se mesmo reforçar a necessidade da presença e atuação da estrutura estatal de âmbito federal na correção dos desequilíbrios regionais gerados pelo funcionamento do sistema econômico e os mecanismos seletivos de reprodução e acumulação espacial do capital.

Entretanto, uma outra questão, esta talvez sem uma resposta imediata surge nesta discussão: até que medida o deslocamento da escala de articulações e elaboração de estratégias para a promoção do desenvolvimento em direção à esfera local inibiria e reduziria a capacidade do governo federal de promover um desenvolvimento nacional, considerando aqui, uma possível reforma do estado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale lembrarmos a complexidade que envolve a noção de desenvolvimento local e o caráter multi-agencial dos envolvidos neste programa. A comunhão entre os agentes sociais e o apoio da sociedade local é, decerto, preponderante e o que nos mostra evidencialmente os diversos estudos realizados sob esta temática que demonstram a construção de um ambiente de conformidades entre os envolvidos, no qual as diversas articulações edificadas dão o sentido de território a localidade (vejam-se os casos retratados por muitos autores que tomam a Terceira Itália, o Vale do Silício, Grenoble, entre outros, como exemplo de territórios). Resultado tanto de ações executadas de *cima-para-baixo* (com referência, principalmente a um plano elaborados à partir de instâncias superiores do estado) como de *baixo-para-cima* (com referência a estratégias e articulações traçadas à partir da bases da sociedade local, dirigida pelos agentes locais) a construção do território local se apresenta como o fim último que garante sua autonomia de gerência que também o é política e econômica, além da própria competitividade produtiva dos lugares.

Trata-se de formulações, articulações e estratégias que visem o bem comum dos agentes que constituem a sociedade local e não apenas uma estratégia que culmine unicamente no crescimento econômico local. Este, há muito se demonstra ineficiente para a diminuição das desigualdades e seus efeitos positivos são, por vezes, paliativos e momentâneos. Aliás, a realização do desenvolvimento implica a participação de todos aqueles presentes na instância local, inclusive e, principalmente colhendo a vantagens decorrentes do processo econômico. O fim último é o provimento de melhores condições à sociedade de modo geral, por isso, desenvolvimento possui um sentido, antes de tudo, de projeto coletivo elaborado em parceria para servir da melhor maneira possível à uma sociedade.

A busca de um bem comum e sustentado é o objetivo de um projeto de desenvolvimento local cuja conjunção de fatores, recursos e agentes se constituem em características primordiais para o sucesso do programa.

BIBLIOGRAFIA

- BENKO, G. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *A Recomposição dos espaços*. In: Interações – **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.1, nº 2, março 2001, p. 7-12.
- BENKO, G. & PECQUEUER, B. Os recursos de territórios e os territórios de recurso. In: **Geosul**, Florianópolis, v16, nº 32, jul/dez. 2001, p. 31-50.
- BOYER, R. **A teoria da regulação**. São Paulo: Nobel, 1990.
- CASTELLS, M. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: A Sociedade em Rede** (Vol I). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. & BORJAS, J. **Local y Global: La gestión de las ciudades en la era de la información**. Barcelona: Taurus, 1997.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

- COURLET, C. Territoire et Développement. In: **RERU**, 1999, III, p. 533-546.
- DINIZ, C. **O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local**. Mimeo, s/d.
- DUEZ, P. *La place du developpement local dans dialectique du developpement economique*. In: KHEDJEMIL, B., PANTHUS, H., ZAQUAL, H. (org). **Territories et Dynamiques Économiques**. Paris: L'Harmattan, 1998, p. 189-221.
- FURTADO, C. **O Longo Amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Introdução ao desenvolvimento**. Enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- GUELLEC, D. & RALLE, P. **Les nouvelles theories de la croissance**. Paris: La Decouverte, 2001.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- MENDES, E. **Descentralização e Desenvolvimento**. Palestra Proferida em 15/6/2005, Rio Claro, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- OLIVEIRA, F. **Crítica À Razão Dualista: O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SCOTT, A. **Regions and the World Economy: The Coming Shape of Global Production, Competition and Political Order**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- _____. La poussé régionale: vers une géographie de la croissance dans les pays en dévelompement. In: **Géographie, économie, Societé**, 5, 2003, p. 31-57.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- VELTZ, P. **Mundialización, ciudades y territorios: La economía de archipiélago**. Barcelona: Ariel, 1996.